

O Papel do Turismo no Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária da Micro-Bacia do Rio Sagrado

¹Talita C. Zechner; ²Flávia K. Alves; ³Carlos Alberto C. Sampaio*

1. *Graduanda em Turismo e Lazer pela FURB, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração. Bolsista de iniciação científica da Universidade Regional de Blumenau. talita.zechner@gmail.com*

2. *Mestranda em Administração pela FURB. flavia@furb.br.*

3. *Professor dos programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) e Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau (FURB). sampaio@furb.br.*

Resumo. O turismo apresenta-se como uma atividade que propicia o desenvolvimento regional quando planejado sob a perspectiva da sustentabilidade, isto é, a ponto de atender as necessidades dos visitantes e das comunidades autóctones sem afetar negativamente as gerações futuras. Neste estudo será abordada a temática arranjos socioprodutivos de base comunitária (APL.Com), uma tipologia específica de socioempreendedorismo compartilhado que evidencia as relações comunitárias existentes em um arranjo produtivo. Este trabalho aborda dois temas principais: o turismo sustentável e os arranjos socioprodutivos de base comunitária. Assim, esta pesquisa pretende verificar como a atividade turística pode se beneficiar das sinergias existentes de um APL.Com nas comunidades da Micro-bacia do Rio Sagrado. O método de pesquisa empregado para atingir tal objetivo foi a pesquisa participante. As atividades turísticas desenvolvidas na comunidade em estudo privilegiam o fortalecimento das lideranças comunitárias e a realização de 11 vivências de turismo comunitário, nas quais foram oferecidas algumas atividades aos turistas, tais como: visualização da agroindustrialização da mandioca, visita a um engenho para conhecer a agroindustrialização da cana de açúcar, fabricação de artesanato a partir da fibra da bananeira e observação de pássaros. Consta-se, então, que a atividade turística quando desenvolvida em um contexto de um APL.Com pode se beneficiar das inter-relações presentes no arranjo.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Turismo sustentável. Arranjo socioprodutivo de base comunitária. Turismo comunitário. Sistema de turismo.

1. Introdução

O turismo vem se mostrando como um instrumento de desenvolvimento regional quando pensado sob a perspectiva da sustentabilidade, isto é, de maneira planejada e de forma que atenda as necessidades dos turistas bem como das comunidades receptoras de hoje sem comprometer as gerações futuras. É uma atividade que se caracteriza pela junção de serviços diversos, tais como hospedagem, alimentação, transportes e lazer; representando uma oportunidade de renda e trabalho para os indivíduos que prestam serviços turísticos diretos e indiretos.

No contexto do desenvolvimento sustentável, cresce o número dos denominados arranjos

produtivos locais na área do turismo, através dos quais se almeja que o desenvolvimento aconteça de forma cooperada e compartilhada. Este tipo de experimentação vem demonstrando êxito e evidenciando que modalidades de desenvolvimento que privilegiem relações horizontais e compartilhadas são uma alternativa ao modelo predominantemente capitalista vigente.

Neste estudo será abordada a temática arranjos socioprodutivos de base comunitária (APL.Com), uma tipologia específica de aglomeração que evidencia as relações comunitárias existentes em um arranjo e pode ser definido como “um micro-empreendimento compartilhado no qual se vislumbra a possibilidade de superação da competitividade utilitarista econômica e se

privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação.”(SAMPAIO et al., 2005, p.1).

Sabe-se que o atual estilo de desenvolvimento, predominantemente de viés econômico, no qual, muitas vezes, as empresas trabalham concentrando-se apenas no lucro individual, tem se mostrado superado, fato perceptível diante das inúmeras situações de desigualdades econômica e social. Esta conjuntura econômica vigente tende a desconsiderar os impactos que causam, sejam eles sociais, ambientais, culturais, políticos ou econômicos. Assim, propor e fomentar mecanismos de desenvolvimento que ponderem as peculiaridades encontradas em cada localidade é uma necessidade vigente neste momento.

Neste sentido, o presente estudo permite aglutinar duas correntes: o turismo sustentável e os arranjos socioprodutivos de base comunitária. Desta forma, busca-se verificar como a atividade turística pode se beneficiar das sinergias existentes em um APL.Com, neste caso, nas comunidades da Micro-bacia do Rio Sagrado, em Morretes, Paraná.

A metodologia utilizada para atender tal objetivo foi a pesquisa participante. Esta metodologia permite captar uma variedade de situações e fenômenos que são obtidos por meio de perguntas, considerando que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 1994). Neste método, valoriza-se a interação e participação da pesquisadora com a comunidade autóctone.

DEFINIÇÕES DE TURISMO

O turismo é uma atividade econômica promissora. Tal fato se dá pela ampla necessidade de lazer da sociedade atual, cuja rotina é marcada por ritmos intensos de atividades com o trabalho, estudos, obrigações sociais etc. Turismo é o fenômeno que abrange as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, à lazer, a negócios ou por outros motivos (OMT, 2003). O aspecto do lazer está estreitamente relacionado ao turismo, pois mesmo quando o objetivo principal da viagem são negócios, por exemplo, o lazer evidencia-se no interesse de se conhecer novas cidades, opções gastronômicas típicas e pessoas com culturas diferentes. São difíceis os casos em que o indivíduo viaja, mesmo que seja a trabalho, e que não usufrua de nenhuma dessas atividades. Alguns destinos turísticos vivenciam um ciclo de procura marcado por bruscas mudanças: dado momento em ascensão e posteriormente

experimentando um rápido declínio, muitas vezes relacionado à massificação do destino. Este fenômeno decorre do fato de que a atividade turística, nestes casos, não foi desenvolvida de forma sustentável, concentrando-se apenas na lucratividade de curto prazo.

Constata-se então, que este modo de organizar o turismo é inadequado, não se viabilizando a longo prazo. No intuito de suprir esta defasagem desponta-se o conceito de turismo sustentável, o qual é balizado, sobretudo, no planejamento turístico e em ações de longo prazo.

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Esta outra forma de organizar o turismo está parametrizada na equidade entre duas partes: o visitante e o visitado. Ambos fazem parte do fenômeno do turismo, pois desenvolver o turismo sem o apoio e o envolvimento da comunidade, é uma estratégia sujeita ao insucesso. Quando a comunidade não é favorável ao desenvolvimento da atividade turística, ela não será uma boa anfitriã nem fará esforços para divulgar a localidade e, conseqüentemente, o turista terá provavelmente uma experiência pouco agradável. A noção de equilíbrio entre os objetivos sociais, econômicos e ambientais constitui-se no argumento central do modelo conceitual do turismo sustentável e procura incorporar três elementos essenciais: o lugar, a comunidade local e o visitante (SANTOS e CAMPOS, 2003). Acredita-se que esta estratégia de organização do turismo seja mais adequada por considerar a atividade de forma abrangente e nota-se que existe uma demanda latente que aprecia esta modalidade de desenvolvimento, conforme segue:

Os novos turistas buscam espaços com menor impacto sobre o meio e com maior integração das características sociais e culturais locais. Assim, os espaços receptores buscam vias alternativas de desenvolvimento que reduzam os efeitos negativos do turismo sobre o meio e

que assegurem uma ampla diversidade de formas turísticas e, sobretudo, que integrem de forma mais harmônica as necessidades do turista e da população local. (SANTOS e CAMPOS, 2003, p. 168).

O turismo meramente contemplativo parece perder adeptos enquanto que tipologias que favoreçam experiências participativas e próximas da realidade atraem cada vez mais indivíduos.

SISTEMA DE TURISMO (SISTUR)

Dada a complexidade do fenômeno turístico, alguns autores dedicam-se a propor modelos que apoiem a análise da atividade e permitam uma caracterização mais precisa do mesmo. Entre os principais estudiosos nesta área, menciona-se Beni, que propõe uma análise estrutural do turismo baseada na teoria dos sistemas. O autor define sistema como um “conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim de acordo com um plano ou princípio.” (BENI, 2001, p.23). Esta abordagem sistêmica é utilizada nas ciências sociais e pondera que o sistema turístico é um sistema aberto estreitamente relacionado ao meio que o cerca, não podendo ser considerado auto-suficiente. No intuito de clarear as principais características e as variáveis que compreendem o sistema, Beni (2001, p.23) identifica algumas características básicas ao sistema, que são elas:

- a. meio ambiente - são todos os aspectos que não compõem diretamente o sistema porém exercem influências sobre a operação do mesmo;
- b. unidades ou elementos - são as partes que compõem o sistema;
- c. relações - são as inter-relações entre os elementos através de ligações que denunciam os fluxos;
- d. atributos - qualidades atribuídas aos elementos ou ao sistema, a fim de caracterizá-lo;
- e. entrada (input) - tudo aquilo que o sistema recebe;
- f. saída - (output) - produto final dos processos de transformação a que se submete o conteúdo da entrada;
- g. realimentação (feedback) - processo de controle para manter o sistema em equilíbrio;
- h. modelo - é a representação do sistema através da abstração para facilitar o projeto e/ou análise do sistema. Tem por objetivo básico facilitar o estudo do sistema, possibilitando uma maior abrangência e ao mesmo tempo permitindo a análise de causa e efeito entre seus elementos.

A análise do turismo, bem como o posterior desenvolvimento da atividade, sob a ótica sistêmica sugere uma abordagem transdisciplinar e multidisciplinar que seja capaz de contemplar

todas as partes envolvidas. Este talvez seja o principal desafio dos gestores da atividade, uma vez que encontram, geralmente, cenários em que o turismo é encarado apenas como uma alternativa de desenvolvimento econômico. Prosseguindo nos estudos efetuados por Beni, o sistema turístico é composto por outros subsistemas, denominados ecológico, econômico, social e cultural, conforme se observa na Figura 1:

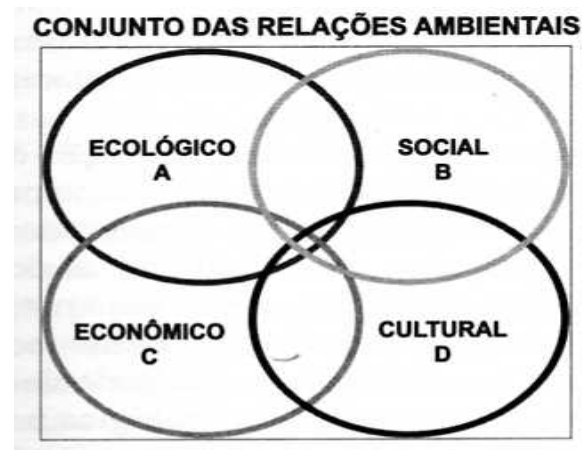


Figura 1: Conjunto das relações ambientais do SISTUR. Fonte: Mário Carlos Beni. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

O subsistema ecológico tem como principal elemento a natureza. Nele são analisados fatores como: espaço turístico natural e urbano, planejamento dos espaços, atrativos turísticos e conseqüências do turismo sobre o meio ambiente e a preservação. A interação entre os diferentes elementos do meio ambiente tende a se dar de forma equilibrada, o que assegura a continuidade do ecossistema. Por isso, a intervenção do homem deve ocorrer de forma adequada, por profissionais capacitados para que este equilíbrio seja mantido.

No subsistema econômico, com base na teoria proposta por Beni, observam-se as relações diretas e indiretas, pelas quais os homens chegam a dispor de uma gama de bens e serviços úteis na satisfação de seus desejos e necessidades, mediante pagamento monetário. Deste modo, os indivíduos dividem socialmente seu trabalho e atuam integrados mediante ao intercâmbio de bens e prestação de serviços. Este subsistema analisa ainda a distribuição e circulação da renda gerada pelo turismo, os fluxos turísticos e o comportamento das empresas turísticas e os agentes públicos locais. Sabe-se que o turismo é uma atividade geradora de renda que provoca repercussões econômicas em outras atividades através do seu efeito multiplicador.

Ainda na teoria do SISTUR, menciona-se o subsistema social, que determina as vocações, os desejos, as atitudes e os comportamentos dos

grupos sociais que constituem o elemento básico da propensão a viajar, ou seja, a tendência das pessoas para efetuarem deslocamentos o que origina os fluxos turísticos. Caracteriza-se pelo tipo de relação que o homem estabelece com as partes que o cercam.

Finalmente, Beni trata do subsistema cultural que é o conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o meio ambiente. O homem cria e muda sua cultura e os padrões de comportamento são capazes de distinguir os povos entre si. O turismo pode estimular as comunidades quanto a conservarem suas heranças culturais.

Dentro do SISTUR, os subsistemas fazem parte das Relações Ambientais, mas existe ainda a chamada Organização Estrutural, composta pela superestrutura e infra-estrutura, bem como as denominadas Ações Operacionais que incluem mercado, oferta, demanda produção e distribuição, os quais não serão abordados neste estudo por não se enquadrarem na temática central. A análise da atividade turística sob a ótica do SISTUR objetiva uma maior precisão e controle sobre o fenômeno.

Dentre as características elucidadas, é pertinente destacar que a atividade turística sustentável só ocorre quando existe equilíbrio entre os subsistemas envolvidos, ponderando a relevância de cada um e compreendendo que caso haja alguma falha em uma das partes, o todo será comprometido. Não é possível apontar, desta maneira, qual o subsistema mais importante, pois todos são determinantes para o funcionamento do sistema.

Neste estudo, pretende-se enfatizar a análise do turismo sob o aspecto das relações existentes no sistema. As relações existentes no sistema turístico da micro-bacia do Rio Sagrado estão permeadas pelos relacionamentos presentes em outro sistema: o Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com). Esta terminologia deriva de Arranjos Produtivos Locais, conforme será apresentado a seguir.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL) E ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DE BASE COMUNITÁRIA (APL.Com)

Arranjos Produtivos Locais (APL) são “agrupamentos de empreendimentos de um mesmo setor, concentrados em uma determinada área geográfica, que interagem e compartilham de uma cultura.” (SILVEIRA et al., 2005, p.2). Esta forma de organização e cooperação entre empresas tem por objetivo tornar as empresas mais fortes e competitivas. Os arranjos produtivos locais fortaleceram-se diante dos impactos provenientes do advento da globalização,

estimulando micro e pequenas empresas a se unirem. O conceito de APL deriva dos denominados distritos industriais marshallianos, estudados na Terceira Itália. Seu exemplo demonstra os benefícios que a existência de uma rede horizontal de cooperação pode trazer para o conjunto de empresas situadas em um determinado território (SACHS, 2003). Nos distritos industriais marshallianos, no final do século XIX início do século XX, existia um padrão de organização composto por pequenas empresas concentradas na manufatura de produtos específicos como o têxtil, geograficamente agrupadas, normalmente próximas da periferia dos centros produtores (VARGAS, 2003).

Os APLs apresentam duas características importantes: a cooperação e a competição. Nos APLs é possível testemunhar sinergias extremamente benéficas entre os empreendimentos que são o resultado entre cooperação e concorrência (SACHS, 2003). Para o autor, o fato de os empreendedores de um mesmo ramo competirem entre si não exclui iniciativas e ações compartilhadas voltadas à solução de problemas comuns. Buscando um conceito mais detalhado de APL, tem-se de acordo com o Sebrae (2007) a seguinte definição:

Arranjos produtivos locais são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Embora se menciona que os APLs apresentam especialização produtiva não se exclui as empresas prestadoras de serviços deste tipo de arranjo. Destaca-se, ainda, que a simples proximidade geográfica entre empresas não caracteriza um APL. Para que ele possa existir, faz-se necessário que seja compartilhada uma cultura, na qual se tenham objetivos e valores que se entrelacem. Semelhante idéia norteia muitas empresas, nas quais as simples aglomerações de funcionários não são suficientes para garantir bons resultados: é preciso que estes indivíduos estejam comprometidos e envolvidos pela cultura da empresa para assegurar a conquista de bons resultados. A presença de vínculos e articulações é indispensável para um APL.

Outra questão relevante ao se discutir os APLs é a questão da territorialidade. Em um APL, o território é percebido não só na sua dimensão material, mas como um campo de forças, uma teia

ou rede de relações sociais que se organizam em um determinado espaço (SEBRAE, 2007). Assim, pode ser uma bacia hidrográfica ou parte de um município ou, ainda, um conjunto de municípios, entre outros. Neste caso, a variável geográfica precisa ser avaliada com atenção, para que se assegure que determinado espaço é realmente um território onde atuam diversas forças.

Os aspectos de aprendizado, de inovação e de território são fundamentais para um APL (CASSIOLATO, LASTRES, 2003). Os autores reconhecem que a inovação e o conhecimento são elementos centrais que se evidenciam na dinâmica e no crescimento de nações, regiões, organizações e instituições. Explicam também que a inovação e o aprendizado são influenciados por contextos econômicos, sociais, institucionais e políticos específicos. Os mesmos defendem que existem marcantes diferenças entre os membros de um APL, fato decorrente de aprendizados anteriores, o que interfere na capacidade de aprendizado. Comentam ainda que a dimensão tácita do conhecimento de caráter localizado é importante para um APL, mas é difícil de ser sistematizada e transferida. Mesmo com os avanços da tecnologia de informação e comunicação (TIC), esta é uma limitação a ser superada. As considerações de Cassiolato e Lastres são relevantes, pois um APL é um processo vivo e dinâmico, em constantes transformações. Para que estas possam acontecer, a capacidade de aprendizado é vital.

Em um Arranjo Produtivo Local concentram-se indivíduos e instituições, públicas e privadas, que buscam juntos gerir o APL. As ações desenvolvidas por todos estes atores precisam ser coordenadas através de um mecanismo denominado governança. Para Guimarães e Martin (2001, p. 13) governança refere-se à ação de “capturar situações em que está em jogo a coordenação entre atores interdependentes, de forma a lidar com as questões de ação coletiva e cooperação, abrangendo atividades públicas e privadas”. Destaca-se ainda que “para que os APLs tenham força e consigam se adaptar frente às mudanças mercadológicas faz-se necessário o estabelecimento de uma governança inteligente e eficaz, que seja aceita e respeitada pela comunidade que forma o APL.” (SILVEIRA et al., 2005, p. 5).

Os aspectos sóciopolíticos relacionados à interação entre os membros que participam de um APL são determinantes e recebem a denominação de arranjo institucional. Para Furtado (2001) “arranjos institucionais são formas como se definem os papéis, funções e regras de relacionamento entre atores.” Pode-se dizer que se trata de acordos e contratos entre agentes específicos, através dos quais eles irão cooperar

ou competir numa dada situação. Estes acordos são necessários para orientar as ações de desenvolvimento econômico, social e ambiental, pois objetiva mostrar quais são as possibilidades e limitações, isto é, as regras que irão orientar as ações futuras. A principal função de um arranjo institucional é construir acordos em torno da implantação de projetos de interesse do território, catalisando habilidades e competências dispersas em um conjunto de organizações e agentes, públicos e privados, individuais e coletivos, e operar estes atributos colocando-os a serviço do território (BRASIL, 2007).

Para que o desenvolvimento sustentável possa existir, as esferas de Estado, mercado e sociedade civil precisam articular-se. As harmonizações de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade são importantes funções do Estado (SACHS, 2004). Mesmo existindo idéias complexas orientando as ações das três esferas de poder – Estado, mercado e sociedade civil – são as simples ações cotidianas, que de tão simples algumas vezes são consideradas menos relevantes, que asseguram a eficiência, a continuidade e a aplicabilidade das estratégias de desenvolvimento. Cabe comentar que o conhecimento local, que em certas localidades é representado por indivíduos com baixo grau de instrução, mas com inúmeros conhecimentos práticos, é determinante para o sucesso de uma comunidade. As demandas comunitárias com desvantagens históricas carecem de práticas que supram suas necessidades e não de modelos complexos, que demonstrem pouca aplicabilidade. Em alguns casos, são propostos planos elaborados por indivíduos que desconhecem a realidade local, diminuindo as chances de ações exitosas.

Neste contexto desponta o conceito de arranjo socioprodutivo de base comunitária (APL.Com) terminologia que pretende enfatizar os aspectos institucionais bem como o envolvimento comunitário.

O Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com) é um micro-emprego compartilhado no qual se vislumbra a possibilidade de superação da competitividade utilitarista econômica e se privilegiam ações no âmbito de uma rede horizontal de cooperação. (SAMPAIO et al., 2005, p.1).

O APL.Com orienta-se pela perspectiva do desenvolvimento sustentável. Ele não desconsidera as premissas básicas de um arranjo produtivo local, contudo clama por elementos encontrados no arranjo institucional. Em um

arranjo socioprodutivo de base comunitária também é possível verificar a cooperação e competição entre os micro-empresendimentos. Entretanto, a competição existente não é espúria devido a premissa de associativismo presente em um APL.Com. Nesta forma de organização, existe um interesse de que todos os empreendimentos sigam prósperos e lucrativos, pois, desta forma, todos os envolvidos são beneficiados. Este tipo de orientação é válido, sobretudo em um APL. Com que desenvolva a atividade turística. É fundamental que o destino turístico com suas paisagens naturais, a cultura local e os prestadores de serviços que lhe são inerentes, seja atrativo (em sua totalidade), e não apenas basear-se em um empreendimento específico.

Neste ponto, encontra-se a relevância do arranjo institucional existente dentro do arranjo socioprodutivo de base comunitária. A dimensão institucional tem a função de prover apoio e fomento na distribuição equitativa dos resultados obtidos com os bens e serviços oferecidos. Este aspecto de equilíbrio merece atenção, pois uma vez que ele não seja respeitado, os membros do APL.Com sentir-se-ão injustiçados e, conseqüentemente, desmotivados a continuar participando do mesmo.

A esfera de um APL.Com é composta por membros da comunidade, lideranças comunitárias, Associações de Moradores e micro-empresendimentos. Esta característica de diversidade de membros, idêntica a encontrada no SISTUR, torna o APL.Com vulnerável, no sentido de que caso haja alguma defasagem em uma das partes o todo será influenciado. Em contrapartida, quando um APL.Com está em pleno funcionamento alguns benefícios poderão ser obtidos. Entre os principais, aponta-se que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias coletivas e destas com o meio ambiente pode, efetivamente, fortalecer as chances de sobrevivência e crescimento do mesmo, constituindo-se importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras. Sabe-se também que os processos de aprendizagem coletiva, cooperação e dinâmicas inovadoras desses conjuntos assumem importância fundamental frente aos desafios da sociedade na chamada Era do Conhecimento, crescentemente globalizada. Um APL auxilia as empresas de todos os tamanhos e, particularmente, médias e pequenas empresas a ultrapassarem barreiras ao crescimento e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais (SACHS, 2003).

No APL.Com, a esfera que corresponde à sociedade civil é relevada, pois é a participação comunitária que garante a qualidade das ações

desenvolvidas e sobretudo sua continuidade. Somente com o envolvimento da comunidade é possível verificar quais as forças e fraquezas presentes no arranjo, uma vez que ela conhece a realidade que a cerca. O planejamento e o desenvolvimento de um APL.Com são tarefas complexas e relativamente demoradas. Estas tarefas precisam ser encaradas como estratégias de longo prazo para uma comunidade e, de forma alguma, serem confundidas com planos de governo sujeitos as oscilações partidárias. Para o desenvolvimento de um APL.Com, "é necessário fomentar a criação de novas organizações do tipo associativistas autogestionárias, permitindo que pessoas ou grupos excluídos da economia de mercado, possam ser integrados." (SAMPAIO et al., 2005, p. 5).

O APL.Com é capaz de agregar valor aos pequenos empreendimentos e, assim, aumentar as possibilidades de sobrevivência diante de uma economia de mercado (SACHS, 2003). Além de aumentar a capacidade de sobrevivência das pequenas empresas na economia de mercado, este modelo econômico fomenta a criação de trabalho e renda próximos ao local de residência, promovendo a diminuição do êxodo rural e o desenvolvimento local, fortalecendo ações comunitárias, que, uma vez organizada, pode usar esta capacidade para alcançar outros objetivos que lhe interessam. O APL.Com preocupa-se em dar oportunidade para aqueles que em condições habituais não a teriam, como é o caso de artesões e pequenos produtores de doces e compotas.

A premissa de territorialidade, ponderada como um conjunto de forças sociais, permanece neste modelo sem desconsiderar a vantagem que representa a própria proximidade geográfica entre os empreendimentos. Ainda sobre a questão de território e desenvolvimento, Storper (*apud* CASSIOLATO e LASTRES, 2003, p.25) reflete sobre o fenômeno da globalização e comenta que "é até curioso que um processo fundamentalmente geográfico, seja analisado como um conjunto de fluxos (inclusive de recursos) sem considerar suas interações com a territorialidade do desenvolvimento econômico." Esta reflexão incorre do fato de que a globalização enfatiza tanto a quebra de barreiras e a intensificação dos fluxos que parece desconsiderar a relação existente entre desenvolvimento local e território. Nota-se que no sistema turístico e no APL.Com, os relacionamentos existentes entre as partes desencadeiam uma sinergia que estimula o desenvolvimento local.

TURISMO COMUNITÁRIO

O desenvolvimento do turismo sustentável no contexto de um arranjo socioprodutivo de base comunitária ocorre na Micro-bacia do Rio Sagrado sob a denominação de Turismo Comunitário. Turismo comunitário é definido como:

Uma estratégia de comunicação social que possibilita que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, possam ser vivenciadas através da atividade turística. (SAMPAIO, 2005, p. 113).

Este tipo de turismo representa uma oportunidade para resgatar e conservar os modos de vida tradicionais, para estimular os cuidados com o meio ambiente e para prover o desenvolvimento. Parte do pressuposto de que antes de ser um destino turístico, as localidades devem ser pensadas para satisfazer sua população residente (SANTOS e CAMPOS, 2003). Esse raciocínio é válido ao considerar que uma localidade organizada, com qualidade de vida e moradores (residentes) satisfeitos por si torna-se um atrativo turístico, ao invés de se organizar-se exclusivamente como destino turístico para que este se torne atrativo apenas para receber visitantes (turistas).

Observa-se, no entanto, que a atratividade não está diretamente relacionada a altos níveis de renda: as comunidades precisam, na verdade, ter boas condições de vida, incluindo trabalho e renda, saúde, educação e infra-estrutura. O que as tornam atraentes são, evidentemente, as peculiaridades do local (território), a simplicidade e o modo de vida de cada uma delas.

Quando os atrativos turísticos são baseados nas experiências de aproximação com outros estilos de vida, o visitante tem a oportunidade de adquirir novos aprendizados e percepções. No turismo comunitário, priorizam-se vivências em que os turistas possam interagir com a comunidade local. Esta convivência entre anfitrião e convidado passa a ser o principal atrativo do destino e, dessa forma, os problemas relacionados à sazonalidade, tão presentes no turismo, são minimizados. Isto ocorre porque a atratividade está relacionada a uma característica da comunidade, não estando tão sujeita as questões como clima e calendário de eventos, por exemplo. O turismo comunitário considera também o envolvimento, no sentido de aprendizado com os projetos comunitários (SAMPAIO, 2005).

Estudantes, pesquisadores e simpatizantes com as questões socioambientais podem participar das propostas de base comunitária, como vêm ocorrendo, por exemplo, nos encontros comunitários de trocas realizados na Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento na Micro-bacia do Rio Sagrado. Inclusive, torna-se possível utilizar os conhecimentos adquiridos nestas vivências para reaplicação em outras localidades. O turismo comunitário é um mecanismo de educação, de trocas culturais e um espaço para o desenvolvimento de relações significativas.

2. Resultados

As atividades realizadas junto à comunidade da Micro-bacia do Rio Sagrado incluem o fortalecimento das lideranças comunitárias que participam dos processos de tomada de decisão coletiva no âmbito comunitário. A comunidade está engajada e demonstra interesse em expor suas opiniões, pois passaram a compreender que a participação traz benefícios para todos. Trata-se de uma comunidade com desvantagens históricas, cujos membros encontraram no arranjo socioprodutivo uma alternativa de desenvolvimento local, no qual se sentem a vontade para participar. É fato perceptível que os mesmos precisam ser constantemente motivados a continuarem a participar e, desta forma, faz-se necessário respeitar o ritmo do grupo.

No âmbito do turismo, já foram realizadas 11 vivências de turismo comunitário, nas quais as principais atividades oferecidas aos turistas foram a agroindustrialização da mandioca, os turistas são levados para em um antigo engenho de farinha, construído aproximadamente há 150 anos, onde participam da demonstração do processo de transformação artesanal da mandioca em farinha e biju.

Outra atividade apresentada é a agroindustrialização da cana-de-açúcar que ocorre a partir de uma unidade de destilação e produção artesanal de licores em uma propriedade que adota princípios da permacultura (os resíduos de um processo produtivo servem como insumo para outro processo produtivo). Neste atrativo, os visitantes recebem informações a respeito da fabricação da cachaça, desde a extração da cana até o engarrafamento do produto. Os visitantes têm a oportunidade de experimentar diferentes tipos de licores e cachaças, como a tradicional cachaça de banana de Morretes e o licor de canela. Os itens fabricados nesta propriedade são vendidos em feiras artesanais, no centro da cidade de Morretes e no próprio local.

A agroindustrialização de frutas e verduras é outro atrativo para os turistas, sendo que o processo acontece em uma cozinha industrial comunitária. Neste espaço, são preparadas compotas e conservas de frutas típicas do local, e o chips de mandioca e de banana. Incluem-se ainda as atividades de agroecologia: os turistas são levados para conhecer cultivos de horta em uma propriedade particular, que se baseia na agroecologia, sem o uso de agrotóxico e com adubação orgânica.

Faz parte das vivências também, a extração da fibra da bananeira e feitiço de artesanato. Nesta atividade as pessoas conhecem uma propriedade local e observam como são elaboradas as peças de artesanato a base da fibra da banana. É demonstrado o processo de seleção e secagem da fibra e depois cada visitante é convidado a fabricar uma pequena peça de fibra, mediante orientações da artesã, que pode ser levada como “lembrança” da vivência. Na propriedade, são confeccionados itens como bolsas, porta-treco e outros itens de decoração.

A observação de pássaros é outra possibilidade. Primeiramente, os visitantes recebem informações sobre as principais características dos pássaros encontrados no local, objetivando facilitar a identificação dos mesmos. Depois, eles são guiados pela floresta para realizar a observação, fazendo uso compartilhado de binóculos. Outro atrativo são as caminhadas em trilhas na Floresta Atlântica, nas quais os turistas são guiados por moradores locais, que contam, ao longo do percurso, estórias tradicionais sobre fauna e flora. São repassadas também algumas informações sobre as espécies nativas da região.

É possível contemplar ainda, a extração de ervas e fabricação artesanal de essências fitoterápicas, sendo que o visitante conhece um pequeno laboratório onde se trabalha com ervas medicinais, no qual são preparados cremes, pomadas, travesseiros aromáticos e repelentes. Nesta vivência, as pessoas também recebem orientações referentes ao uso de chás. Participar da roda de viola ao redor da fogueira é outra alternativa para os turistas. Nesta atividade, são tocadas músicas tradicionais e as pessoas são motivadas a participarem da cantoria.

Os visitantes ficam hospedados em instalações rústicas e aconchegantes: os hóspedes têm a opção de dormir na sede da pousada central, em quartos privativos, onde também são servidas as refeições. Além disso, há a possibilidade de dormir em alojamentos (quartos coletivos equipados com beliches). A alimentação caseira e natural e os turistas experimentam ao longo de sua estadia, alimentos livres de agrotóxicos e preparados na hora. Muitas vezes, alguns alimentos são colhidos

do jardim no momento do preparo, tais como alguns temperos, verduras e legumes (abóbora, palmito, cebolinha e salsa, bem como fruta-do-conde, mamão, entre outros).

Além disso, ocorreu a consolidação do “Encontro de Trocas”. Nestes eventos são efetuadas trocas de diversos bens e serviços, como roupas, objetos de decoração, artesanato, gêneros alimentícios, serviços de limpeza, jardinagem e de eletricitista, entre outros. Os membros comunitários encontram-se bastantes entusiasmados e satisfeitos com a iniciativa. Atualmente, o encontro está indo para sua 8ª edição. Na realização do evento, os turistas recebem instruções para trazerem itens que poderão ser permutados e quanto a realização do evento.

3. Considerações Finais

No cenário atual, o turismo é um possível instrumento de desenvolvimento regional quando pensado sobre a perspectiva da sustentabilidade, isto é, de maneira planejada e de forma que atenda as necessidades dos turistas e das comunidades receptoras de hoje sem comprometer as gerações futuras. O turismo comunitário é uma tipologia que atende aos pressupostos da sustentabilidade. A atividade turística sustentável está parametrizada na equidade entre visitante e visitado. O fenômeno turístico é compreendido de forma sistêmica, conforme a teoria proposta por Beni, o denominado SISTUR. O sistema turístico é composto por distintas partes, entre elas os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural.

A análise do turismo, bem como o posterior desenvolvimento da atividade, sob a ótica sistêmica sugere uma abordagem transdisciplinar e multidisciplinar que seja capaz de contemplar todas as partes envolvidas. Este talvez seja o principal desafio dos gestores da atividade, que encontram muitas vezes cenários em que o turismo é encarado apenas como uma alternativa de desenvolvimento econômico.

No estudo em questão, o turismo está inserido no contexto de um APL.Com que é composto por membros da comunidade, lideranças comunitárias, Associações de Moradores, micro-empresendedores, universidades e ONGs. Esta característica de diversidade de membros, idêntica a encontrada no SISTUR, torna o APL.Com vulnerável, no sentido de que caso haja alguma defasagem em uma das partes o todo será influenciado. Em contrapartida, quando um APL.Com está em pleno funcionamento alguns

benefícios podem ser obtidos. Entre os principais, aponta-se que a aglomeração de micro empreendimentos e o aproveitamento das sinergias coletivas e destas com o meio ambiente vêm efetivamente fortalecendo suas chances de sobrevivência e de implantação, constituindo-se importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras.

Constatou-se que o papel do turismo no arranjo socioprodutivo de base comunitária é atuar como vetor de desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico. A comunidade envolvida passou a perceber o turismo como uma alternativa para a geração de renda e trabalho, mesmo não sendo a atividade principal. Trata-se de um valor complementar decorrente da venda de bens e serviços oferecidos aos turistas, normalmente nos finais de semana.

Nota-se, sobretudo, que o turismo pode se beneficiar das sinergias existentes em um arranjo socioprodutivo de base comunitária. Isto se dá pelo fato de ser mais fácil desenvolver o turismo em uma comunidade coesa, habituada a participar de processos de tomada de decisão, pois a mesma já possui uma cultura diferenciada, aberta a novas oportunidades. Assim, verificou-se que as sinergias existentes no SISTUR e no APL.Com atuam de forma compartilhada e complementar, fomentando o desenvolvimento local.

6. Referências

1. BENI, Mário Carlos Beni. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
2. BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Secretaria de desenvolvimento territorial. *Notas sobre arranjos institucionais*. Disponível em > <http://serv-sdt-1.mda.gov.br/gnc/gnc/Kit/DOCUMENTOS%20REFERENCIAIS%20DA%20SDT/Nota%20sobre%20os%20arranjos%20institucionais2004.doc>. Acesso em: 25 de abril de 2007.
3. FURTADO. André Tosi. *Infra-estrutura de conhecimento e tecnologia e as empresas: transição para um ambiente competitivo*. Disponível em: > http://www.ie.ufrj.br/infopetro/pdfs/infra_estrutura_de_c_e_t_e_as_empresas.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2007.
4. GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (Org.) *Competitividade e desenvolvimento: atores e instituições locais*. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2001.
5. LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; MACIEL, Maria Lúcia (Org.). *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.
6. MINAYO, Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
7. OMT - Organização Mundial do turismo. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
8. SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
9. SACHS, Ignacy. *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamont, 2003.
10. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Arranjos institucionais par ao desenvolvimento sustentável local*. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v.43, n.219, p.71, 1996.
11. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. prelo.
12. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo como fenômeno humano: princípios para de pensar a ecossocioeconomia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
13. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; OYARZÚN, Edgardo; SOUZA, Márcia Silveira; CÁRCAMO, Carolina; MANTOVANELI, Oklinger Junior. *Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile*. *Revista de Negócios (FURB)*, Blumenau, v. 10, n.4, p.288-301. out./dez., 2005.
14. SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antonio Carlos. *Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo*. In: CORIOLANO, L. N. M.T; LIMA, L.C. (Org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.
15. SEBRAE. *Arranjos produtivos locais*. Disponível em > http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjo_sprodutivoslocais.asp > Acesso em: 30 de maio de 2007.
16. SILVEIRA, Amélia; TOMIO DREHER, Marialva; ULLRICH, Danielle Regina. *Arranjo produtivo local e desenvolvimento do turismo sustentável na comunidade rural da Nova Rússia*. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 9, 2005. Anais...Recife: UFPE, 2005.
17. VARGAS, Marco Antônio. *Aspectos conceituais e metodológicos na análise de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Nota técnica 1. UFSC/ NEITEC, 2003.